

CADERNO DE ENCARGOS

DE

Assistência técnica e fornecimento de consumíveis de impressoras

Índice

- 1. Disposições e cláusulas por que se rege o fornecimento**
- 2. Regulamento e outros documentos normativos**
- 3. Regras de interpretação dos documentos que regem a prestação do serviço**
- 4. Objeto do concurso**
- 5. Prazo**
- 6. Preço base**
- 7. Obrigações do prestador de serviço**
- 8. Forma de prestação de serviço**
- 9. Cessão da posição contratual**
- 10. Atrasos e Penalidades**
- 11. Preço contratual**
- 12. Caução**
- 13. Contrato escrito**
- 14. Condições de pagamento**
- 15. Resolução do contrato**
- 16. Foro Competente**
- 17. Comunicações e notificações**
- 18. Contagem dos prazos**
- 19. Prazo da obrigação de manutenção de propostas**
- 20. Legislação aplicável**

Cláusulas gerais

Art. 1º – Disposições e cláusulas por que se rege o fornecimento

1. Na execução da prestação do fornecimento observar-se-ão:
 - a) As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) O Decreto – Lei 18/2008, de 29 de Janeiro.
2. Para os efeitos estabelecidos na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato este caderno de encargos, os restantes elementos patenteados em concurso, a proposta do adjudicatário e, bem assim, todos os outros documentos que sejam referidos no título contratual ou neste caderno de encargos.
3. Os diplomas legais e regulamentares a que se refere a alínea b) do número 1 serão observados em todas as disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterados pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

Art. 2º - Regulamentos e outros documentos normativos.

Para além dos regulamentos referidos neste caderno de encargos, fica o adjudicatário obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e se relacionem com o fornecimento a efetuar.

Art. 3º Regras de interpretação dos documentos que regem a prestação do serviço

1. As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato, se não puderem solucionar-se pelos critérios legais de interpretação, resolver-se-ão de acordo com as seguintes regras:
 - a) O estabelecido no próprio título contratual, que prevalecerá sobre o que constar de todos os demais documentos;

- b) O estabelecido na proposta prevalecerá sobre todos os restantes documentos, salvo naquilo em que tiver sido alterado no título contratual;

Art. 4º Objeto do concurso

1. O contrato a celebrar tem por objeto principal a implementação de uma solução que inclua a totalidade dos serviços de manutenção, reparações de peças, mão de obra, deslocações, helpdesk, bem como consumíveis à exceção de papel e de energia elétrica.

Art.5º Prazo

O prazo de duração do contrato é de 1096 dias.

Art. 6º Preço Base

Pela prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, a Câmara Municipal dispõe-se a pagar ao prestador de serviço o preço base de **14 515,20€**, (catorze mil quinhentos e quinze euros e vinte cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal.

Obrigações contratuais

Obrigações do prestador de serviços

A assistência técnica será assegurada com tempo de resposta de primeira linha de 6 horas úteis (dentro dos horários normais de trabalho);

A resolução de avarias será next business day;

Estão incluídos todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva e todos os materiais de consumo necessários ao bom funcionamento do equipamento com a exceção do papel e outros materiais de suporte de impressão.

A título acessório, o prestador de serviço fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço. Bem como ao esclarecimento do sistema de organização à necessária à perfeita e complexa execução das tarefas a seu cargo.

O Adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da Entidade Adjudicante.

O Adjudicatário deve limitar o acesso às informações confidenciais aos seus empregados, funcionários e contratados que tenham de recorrer às mesmas para correta execução do Contrato e assegurar que os mesmos são obrigados a manter essa confidencialidade nos termos em que esta é exigível ao Adjudicatário.

Art. 8º Forma de prestação do serviço

1. Após a celebração do contrato inicia-se o objeto do fornecimento mencionado no artigo 4º e no período estipulado no artigo 5º do presente caderno de encargos.

Art. 9º Cessão da posição contratual

O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou quaisquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.

Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:

- a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
- b) Ser apreciado pela entidade adjudicante, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do CCP, e se tem

capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.

Art. 10.º Atrasos e penalidades

1. A entidade adjudicante terá o direito a exigir indemnização por perdas e danos eventualmente resultantes do atraso ou do não cumprimento por parte do adjudicatário e por facto que lhe seja imputável, das obrigações emergentes do contrato.

Obrigações da Câmara Municipal

Art. 11º Preço Contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Câmara Municipal de Tondela deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal, se este for legalmente devido.
2. O valor do objeto do contrato deverá ser efetuado trimestralmente
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

Art. 12º - Caução

Não é exigível a apresentação de caução

Art. 13º - Redução do contrato a escrito

É exigível a redução do contrato a escrito.

Art. 14º Condições de Pagamentos

1. A(s) quantia(s) devidas pela Câmara Municipal, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pela câmara, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os fundamentos, ficando o prestador de serviço obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Art. 15º Resolução do contrato

Sem prejuízos de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, os contratantes podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de algum deles violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Resolução de litígios

Art. 16º Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Art. 17º Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Até à celebração do contrato/adjudicação as comunicações far-se-ão através da plataforma eletrónica www.acingov.pt

Art. 18º Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Art. 19º PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PROPOSTAS

O(s) concorrente(s) é/são obrigado(s) a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Art. 20º Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo Código Contratos Públicos (CCP).

Tondela, novembro de 2015

O Presidente da Câmara

José António Gomes de Jesus, Dr.

